



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia três de fevereiro de dois mil e quinze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: José Geraldo Guedes – Presidente, Maria Ângela Dias Lima Pereira – Vice-Presidente e Nélio Aurélio de Souza – Secretário. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Logo após, solicitou ao Senhor Secretário a leitura da Ata da Reunião Ordinária do dia vinte e sete de janeiro de dois mil e quinze. O Senhor Secretário disse: “pedir à Rúbia que pudesse ler a Ata do dia vinte e sete”. A leitura da Ata foi iniciada. O vereador Flávio de Almeida solicitou: “o senhor me dá uma questão de ordem, por favor? Eu queria fazer um pedido para o senhor, que o senhor consultasse o Plenário, eu estou vendo, deve ter mais umas trinta páginas da Ata, e tudo que está na Ata já foi discutido, que são emendas que os vereadores fizeram e já está registrado. Que o senhor consultasse o Plenário, que enviasse para os gabinetes, o vereador lê, se ele achar que faltou algo na fala dele, ele manda um ofício para a Presidência, na próxima reunião a gente vai apreciar o ofício dele e vota a Ata porque senão a gente vai ficar mais, pelo menos, acredito eu, mais uma hora só com a leitura. Se o senhor pudesse consultar e dizer que já começasse assim a partir de agora”. O Senhor Presidente afirmou: “vou consultar o Plenário para a paralisação da leitura da Ata e a gente mandaria cópia para os gabinetes”. O vereador Flávio de Almeida falou: “e o



vereador que achar que falta alguma coisa na fala dele, ele acrescenta depois”. O Senhor Presidente registrou: “os vereadores que concordam permaneçam como estão. Paralisado e para as próximas reuniões, senhor vereador, é muito desgastante realmente, voltar ao modelo antigo”. O vereador Flávio de Almeida disse: “obrigado”. O Senhor Presidente afirmou: “em discussão a Ata até a sua leitura, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Veto Integral, de autoria do Poder Executivo, às emendas constantes nos artigos 6º, 7º e 8º referentes ao Projeto de Lei nº 1.479/2014. Próximo ao final da leitura o Senhor Secretário falou: “a redação aqui falou 1.449, mas não é 49, é 1.479 como eu li na primeira. Aqui está na redação 49”. Veto encaminhado à Comissão Especial designada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores André Luiz Vieira da Silva, Leci Alves Campos e Flávio de Almeida. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira solicitou: “Senhor Presidente, questão de ordem. Nós acabamos de ler um projeto de lei que o prefeito veta as emendas que foram feitas ao projeto nos artigos 6º, 7º e 8º. Eu gostaria de solicitar ao senhor que recebesse fora de pauta, que o senhor consultasse o Plenário porque não basta a gente aceitar o veto, os artigos têm que voltar novamente para a lei. Então, eu gostaria que o senhor consultasse o Plenário, se a gente já pode entrar com o projeto de lei que ‘Autoriza a abertura de créditos suplementares no decurso da execução orçamentária de 2015 e dá outras providências’. Eu gostaria que o senhor pudesse entrar com este projeto fora de pauta. Este não tem número ainda não, Presidente. Pedindo para entrar na Casa”. O Senhor Presidente registrou: “atendendo à solicitação da vereadora Ângela Lima,



consulta o Plenário. Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado, dez votos”. 2) Projeto de Lei nº 1.498/2015, autoria do vereador Leci Alves Campos, que “Dispõe sobre a implantação de pontos de entrega voluntária de medicamentos vencidos e institui a política de informação sobre os riscos ambientais causados pelo descarte incorreto desses produtos, no âmbito da cidade de Nova Lima e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O Senhor Presidente nomeou o vereador Alessandro Luiz Bonifácio como Presidente da Comissão de Legislação e Justiça em substituição ao autor da proposição. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira solicitou: “Senhor Presidente, sem querer atropelar, mas já atropelando a reunião, o projeto de lei que o senhor recebeu do Executivo, eu gostaria que fosse lida a mensagem para ele já constar da nossa próxima pauta. Para ler a mensagem e já encaminhar para as comissões competentes”. O Senhor Presidente solicitou: “pedir ao Secretário para ler a mensagem solicitada pela vereadora Ângela Lima”. O Senhor Secretário proferiu leitura da mensagem referente ao Projeto de Lei nº 1.500/2015, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza a abertura de créditos suplementares no decurso da execução orçamentária de 2015 e dá outras providências”. 3) Projeto de Lei nº 1.499/2015, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza a aprovação do empreendimento urbano denominado Loteamento Bellagio, além de dar outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio disse: “Senhor Presidente, eu queria pedir dispensa, por favor, das comissões, por favor. Consultar o Plenário para a dispensa, por favor”. O Senhor Presidente: “vou consultar o Plenário. O vereador



Alessandro Luiz Bonifácio está solicitando a dispensa. Consulto o Plenário, aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu discordo”. O vereador Nélio Aurélio de Souza indagou: “só questão de ordem, a Sua Excelência está pedindo dispensa?”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio respondeu: “de todas as comissões, por favor”. O vereador Nélio Aurélio de Souza perguntou: “de interstícios, de pareceres, enfim...”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio respondeu: “isso”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “é porque isso é necessário citar no projeto. Por isso que eu estou... Só a dispensa não... Tem que ir, não é? Para ficar certinho. Concordo plenamente, só estou reiterando que é interstícios e pareceres, não é isso?”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu discordo”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “e pôr em votação hoje, por favor”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “e votação também?”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “hoje”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “em dois turnos?”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “isso”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “está bom”. O Senhor Presidente: “consultar o Plenário se concordam com a votação em dois turnos”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu discordo”. O Senhor Presidente: “os vereadores que concordam permaneçam como estão”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu discordo”. O Senhor Presidente anunciou: “nove votos a favor, o vereador Pastor André discorda”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “vereador André Vieira”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “obrigado, Presidente”. O Senhor Presidente: “encaminho à Comissão de Legislação e Justiça. Leitura de parecer”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “não, o Senhor não encaminha não. O Senhor vai



pôr em votação, Presidente. Foi aprovado por nove votos a um, então agora o Senhor vai pôr em votação. Segunda parte, em votação”. O Senhor Presidente: “Segunda parte, em votação. Em votação...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “não. Foi aprovado que o Senhor vai encaminhar para a segunda parte, de votação”. O Senhor Presidente: “sim”. O vereador Nélio Aurélio de Souza indagou: “eu não estou entendendo, já foi aprovado as duas votações?”. O Senhor Presidente: “não, foi pedido...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “ele pediu dispensa de interstícios e pareceres, não foi não?”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “agora é leitura de parecer, Presidente”. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura do Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.489/2014, que “Dispõe sobre o direito das pessoas com deficiência visual de receberem o boleto de pagamento de IPTU confeccionado em Linguagem Braille”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Senhor Secretário informou: “estão faltando duas assinaturas aqui, do Flávio e do vereador Alessandro Luiz Bonifácio. Desculpe, do vereador Leci Alves Campos. Só assinou o vereador Alessandro Luiz Bonifácio. Está lido o projeto”. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o Projeto de Lei nº 1.499/2015, que “Autoriza a aprovação do empreendimento urbano denominado Loteamento Bellagio, além de dar outras providências”. Em discussão, o vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu queria vista nesse projeto”. O Senhor Presidente: “concedida a vista ao vereador Pastor...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “não é pastor não. Vereador André Vieira, por favor”. O Senhor Presidente: “deixa eu completar, senhor. Pastor André Vieira. Eu chamo o senhor todos os dias disso...”. O



vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu sei, Senhor Presidente, mas...”. O Senhor Presidente: “a partir de agora, já que o senhor não quer, eu não... É pela nossa intimidade, eu, vinte e quatro horas, eu chamo o senhor de pastor. Se o senhor não quer, tudo bem”. O vereador André Luiz Vieira da Silva reafirmou: “vereador André Vieira”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “queria pedir ao Senhor que consultasse o Plenário, se nós podíamos marcar uma extraordinária para sexta-feira, que é dentro do prazo que ele tem”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu quero que se cumpra o prazo regimental, tá? Depois a gente vai conferir”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “consultasse o Plenário para sexta-feira uma extraordinária para esse projeto, por favor”. O Senhor Presidente: “consulto o Plenário para uma reunião extra na próxima sexta-feira, às... Tem que completar os três dias, daria quanto? Qual o horário? O horário da extra? Dezoito horas? Dezoito horas para a próxima sexta-feira. Está marcada a Reunião Extraordinária para as dezoito horas”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Senhor Presidente, Questão de Ordem. Já que o vereador Alessandro, me parece que ele pediu uma Reunião Extraordinária para sexta-feira. Sexta-feira é dia de praça aqui, poderia fazer essa reunião antes. Eu acho que é louvável para todos nós, principalmente para mim que moro onde eu moro, vai estar cheia a praça aí, poderia fazer em um horário melhor. Dez horas da manhã, meio-dia”. O Senhor Presidente: “posso consultar o Plenário, mas tem o...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “hoje é terça ainda, são três dias. Quarta, quinta e sexta. Dá para fazê-la até meio-dia. Até meio-dia dá para fazer”. O Senhor Presidente: “então, fica marcada para sexta-feira, às doze horas”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “doze horas está bom, que todo mundo sal



satisfeito. Obrigado, Senhor Presidente. Seis horas ninguém aguenta”. O vereador Gilson Antônio Marques: “Questão de Ordem, Senhor Presidente. O Senhor consultou o Plenário, mas não obteve a resposta não. O Senhor está marcando a reunião por conta própria”. O Senhor Presidente: “não, eu estou esperando...”. O vereador Gilson Antônio Marques: “o Senhor consultou o Plenário, mas não obteve os votos não, não consultou o número de votos não”. O Senhor Presidente: “então, eu consulto. Está consultado o Plenário, quem concorda permaneça como está. Aprovado por nove votos”. O vereador Gilson Antônio Marques: “agora sim”. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) De autoria do vereador Fausto Niquini Ferreira: Requer ao Prefeito Municipal instale lixeiras suspensas de grande porte no Conjunto Habitacional Padre João Marcelino. Em discussão, o autor: “Senhor Presidente, Questão de Ordem. Boa noite Mesa Diretora, nobres vereadores, público que compõe nossas galerias. Semana passada, eu tive a oportunidade de fazer uma visita lá ao Conjunto Padre Marcelino, realmente ficou muito bom o conjunto, vários blocos, a infraestrutura muito boa. Mas realmente ali na entrada do condomínio, até liguei para o Secretário Santinho na hora, pedindo uma urgência, que ele enviasse um caminhão de lixo porque tinha lá mais de um caminhão de lixo, exatamente no portão de entrada do conjunto. E nós não podemos... Não é porque o conjunto habitacional está afastado do centro da cidade, que nós vamos permitir um absurdo daqueles. Então, prontamente, o Santinho me atendeu e disse que estaria encaminhando naquele momento um caminhão para a retirada do lixo. E sugerir também que fosse construída uma lixeira de, pelo menos, uns quatro metros de comprimento, porque me parece que são sessenta, me



corrijam se eu estiver errado, me parece que são cento e sessenta novas unidades ali. Se multiplicarmos por uma média de quatro, então é muita gente, com certeza, uma lixeira de tamanho padrão seria muito pequena. Então, fica aqui o meu pedido para que a gente aprove esse requerimento e que seja construída imediatamente essa lixeira lá. Até sugeri que a cerca fosse afastada uns dois metros, passaria por trás do poste, para que pudesse fazer, dar o comprimento de fazer essa lixeira, porque do jeito que está lá hoje, não dá nem para construir uma lixeira nesse comprimento. Muito obrigado, boa noite”.

Aprovado, dez votos. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “Questão de Ordem, Senhor Presidente. Senhor Presidente, eu gostaria, semana passada eu coloquei um requerimento aqui solicitando a presença do Secretário de Comunicação, Senhor Márcio Tupy, a esta Casa para prestar contas de algumas... De como está a pasta dele, haja vista que este vereador recebeu algumas denúncias de irregularidades nos processos licitatórios, nos contratos realizados pela pasta da Comunicação. Então, eu gostaria que o Senhor definisse, uma vez que há um prazo para que o Secretário cumpra essa determinação da Casa, de comparecer para dar explicação, segundo o nosso Regimento. Eu gostaria que o Senhor definisse uma data, se possível na próxima sessão, na terça-feira, para que o Secretário pudesse vir aqui dar explicações acerca da pasta, inclusive comparecesse aqui com seus contratos e com os seus processos licitatórios. Se o Senhor puder marcar para terça-feira que vem, como o meu requerimento foi aprovado na semana passada, então vai completar quinze dias semana que vem”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, como líder do governo, eu gostaria de falar para o senhor que já está definida a vinda do Secretário de Comunicação, na





próxima terça-feira ele vai estar presente aqui na Casa”. O Senhor Presidente: “gostaria de marcar o horário, dezessete horas”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “se possível, Senhor Presidente, que seja durante a sessão plenária. É até bom porque aí esclarece todo...”. O Senhor Presidente: “eu vou consultar o Plenário. Aqueles que estiverem de acordo...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu estou de acordo que tanto ele como qualquer Secretário, pelo menos a primeira visita não ser no Plenário. Ser ali como nós sempre conduzimos. Eu concordo que de ser ali, acho até que o pedido do vereador é louvável e está certo porque há denúncia, mas que seja primeiro ali. Agora, dali para frente, a segunda pode... É outra história. Eu voto para ser lá, a primeira na sala ao lado. Não em Plenário”. O Senhor Presidente: “eu vou colocar em votação, no Plenário ou na sala de café”. O vereador Flávio de Almeida: “na sala de café”. O Senhor Presidente: “em votação a presença solicitada pelo vereador André, que tem solicitado pela segunda vez a presença do jornalista Márcio Tupy. Aqueles que concordarem que seja em Plenário permaneçam como estão”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “olha... Eu concordo”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “em pé é para Plenário?”. O Senhor Presidente: “não, para não ser em Plenário. Nove votos a um. Será na sala de café”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “é claro que a gente sabe, a gente respeita a decisão do Plenário, e a gente até entende que como é praxe se reunir ali. Mas como a gente tem algumas denúncias, e como esta Casta tem, hoje, uma TV que transmite as reuniões e eu tinha algumas interrogações, tenho algumas interrogações que eu quero fazer. O meu intuito de colocá-lo aqui no Plenário era justamente para que ficasse tudo às claras. Se estiver tudo em ordem, ele vai colocar e mostrar para a



sociedade que está tudo em ordem. Seria bom, inclusive, para a própria imagem tanto da Secretaria de Comunicação como da própria pessoa do senhor Márcio Tupy, como também do governo, não é? Do Cássio, Prefeito Cassinho. Então, esse era o meu objetivo de colocá-lo aqui. Mas a gente respeita a decisão do Plenário, a gente conversa ali fora e colhe as explicações, embora eu acredite que a reunião, como é marcada para às dezoito horas, cinco horas não vai dar tempo para a gente tirar todos os questionamentos, mas fique assim”. 2) De autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Que seja solicitado ao Presidente da Câmara Municipal a instalação de um caixa eletrônico 24 horas nas acomodações da mesma”. Em discussão, o vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, eu queria só acrescentar que o requerimento é bom porque o tratamento que a Caixa tem tido com esta Casa é até um absurdo. Por exemplo, se um vereador pede alguém que trabalha com ele para ir à Caixa descontar um cheque dele, é um absurdo, eles pedem para depositar na conta, desrespeitando a lei. Aí é um pouco pior. Está tão ruim que nessa semana um menino de quatorze anos foi fazer um depósito na Caixa, ele estava na minha frente e eu fiquei assustado, a moça disse para ele ‘deixa as suas moedas e fala o valor que tem. Amanhã você volta, que a gente olha o valor e deposita’. Isso é o fim do mundo. Essa é a Caixa que a gente tem um convênio com ela. Então, é ruim, está ruim. Antes era excelente, de um tempo para cá ficou ruim. Então, o requerimento veio em boa hora”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Flávio, me concede um aparte? Eu pedi um caixa vinte e quatro horas porque muitos funcionários também tem conta no Banco do Brasil e no Santander. Então, por ser um caixa 24 horas é que tem vários bancos conveniados. Obrigado,



Presidente”. Aprovado, dez votos. 3) De autoria do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Exmo. Senhor Presidente envie moção de pesar à família enlutada do Sr. Acácio Paulino de Paiva, em nome da sua filha, Sra. Virgínia de Paiva Silvestre, residente e domiciliada à Rua Chile, 10, Bairro Jardim das Américas em Nova Lima. Conforme solicitação da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira, o vereador Leci Alves Campos permitiu que ela assinasse com ele o requerimento. Aprovado, dez votos.

4) De autoria do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Prefeito Municipal instale iluminação nas barracas do Projeto Sexta na Feira. Aprovado, dez votos. 5) De autoria do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Prefeito Municipal instale passagem interna entre a Escola Municipal Vicente Estevão do Santos e a Creche Maria de Lourdes Scoralick Serreti no Bairro Bela Fama. Aprovado, dez votos. O vereador Flávio de Almeida propôs: “Senhor Presidente, eu queria fazer um requerimento verbal. O requerimento é o seguinte, é pedir para a Comissão de Meio Ambiente uma Audiência Pública com referência às águas da parte de cima que é Alphaville, aquela região ali, onde os lagos que são artificiais estão secando, e a informação que se tem é que a Morro Velho hoje desvia toda a água para ela não ficar sem energia nas suas usinas. Então, eu queria que o Senhor colocasse em votação e a Comissão fizesse uma Audiência Pública”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “me dá um aparte, vereador? Eu acho que nós poderíamos fazer juntos, inclusive outro dia eu até participei de uma Audiência Pública em Belo Horizonte e até citei lá, falei que faria também aqui em Nova Lima. Então, nós poderíamos fazer juntos, em relação àquele terreno, na beira da BR lá, que a prefeitura de BH é de posse daquele terreno, eles estão tentando negociar para a



construção de conjuntos habitacionais. Eu acho que seria muito bom se nós dois pudéssemos fazer aqui no mesmo dia”. O vereador Flávio de Almeida: “tranquilo”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “porque lá a gente sabe que é uma região de mananciais e hoje nós vivemos aí uma... Todo mundo aí com uma dificuldade, nossas bacias estão cada vez com maior dificuldade e nós estamos vendo lá destruindo os mananciais. Certo? Então, eu acho que é hora de nós abirmos os olhos, acordarmos para realmente lutarmos pela preservação do meio ambiente e até a nossa sobrevivência. Muito obrigado. Poderia até marcar a data já para depois do carnaval”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente é só para acrescentar que esse terreno lá em cima foi uma negociação mal feita há muitos anos atrás, em que a prefeitura de Belo Horizonte não entrou com aquilo que foi prometido, que era a urbanização, não é, Nélio? De toda a região. E hoje ela mantém os direitos em cima de um terreno que não é dela. Quando ela fala que quer levar um conjunto habitacional para lá, quando a gente vê, Dr. Fausto, a gente fica um pouco abismado. Eles querem levar exatamente a parte que eles não querem em Belo Horizonte para lá e é triste. Então, eu acho que é bem vindo sim, viu doutor. A gente tem que fazer é junto mesmo para mostrar força”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Vereador Flávio, o requerimento... Ali, a prefeitura de Belo Horizonte fez um acordo com empreendedores em 1951 para urbanizar todo o Jardim Canadá. E não cumpriu a prefeitura de Belo Horizonte. E lá para trás, na próxima semana eu posso até trazer o registro, que na época foi feito até em Sabará, o registro antigo do proprietário. Depois foi feito aqui. Quando a concessão, não me lembro o nome dela, mas, resumindo em miúdos, eu acho que ali a gente tem... Eu sou a



favor de fazer um requerimento que o município trabalhe e traga aquilo de volta porque vale muito dinheiro. E aquele lombo que tem, ela não atinge a Mata dos Fechos, a Mata dos Fechos está um pouco para trás do Vale do Sol. Eu acho um desperdício um terreno caríssimo daquele sair das mão da prefeitura, do povo de Nova Lima, ir do jeito que foi para Belo Horizonte e mesmo... Eu não sou contra o meio ambiente não, e mesmo preservar aquele morro. Não tem árvore nenhuma ali, ali não tem nascente nenhuma de água, a Mata dos Fechos está para o lado de trás, Sua Excelência sabe disso. Eu sou a favor de fazer um requerimento, também, que a prefeitura entre na justiça, breque em juízo, eles não podem fazer isso porque eles não têm a posse. A posse é da prefeitura de Nova Lima, é uma briga judicial grande. Não basta eles venderem lá não. A prefeitura de Nova Lima tem a posse. Quando um cidadão entra em um terreno, cinquenta por cento do poder se ele tiver, cobriu... A posse, cinquenta por cento é dele, os outros cinquenta vai brigar na justiça. Isso é que funciona. A prefeitura tem que fazer isso, tem que entrar e tentar trazer o terreno, aquele terreno hoje vale dois mil, na pior das hipóteses, o metro quadrado, na pior das hipóteses. Sabe quanto vale aquele terreno? Mais de cem milhões de reais. É do município de Nova Lima. Se pegar histórico de todos os registros, de tudo, vai ver que se entrar na justiça, ganha. Agora, tem que mexer para ganhar, não é? Então, esse requerimento que a Sua Excelência vai fazer, vou votar com Sua Excelência e depois vou fazer um pedindo ao prefeito que interceda judicialmente nesse problema que está aí que está acontecendo”. O vereador Flávio de Almeida: “a ideia de Fausto é muito boa, sobre a Audiência Pública, porquê? Porque assim que sair o resultado dela, nós mesmos, a Câmara Municipal pode tomar as rédeas



e entrar na justiça”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “e tem outro fator lá interessante, que ali não foram desafetadas as vias públicas. Para um empreendedor comprar e falar que vai fazer, ele tem que ter... E principalmente ele não tem zoneamento para fazer apartamento ali não. Ali, me parece, que pelo Plano Diretor não tem. E ainda tem que desafetar as vias públicas, que depende da Casa, porque o prefeito não tem poder para isso, isso é lei legislativa. Então, Audiência Pública tudo bem, até acho que é louvável e é importante. Mas tem que se mexer o Executivo e entrar com uma ação de imediato porque eles estão vendendo lá em Belo Horizonte. Eu vou votar o requerimento e vou fazer outro para o prefeito, pedindo que ele faça, juridicamente, a intervenção”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “eu acho que seria bom se o senhor já entrasse com o seu requerimento hoje, porque eu tenho certeza que os outros vereadores votariam também a favor e vamos unir forças. Certo? O que eu acho que não dá é o seguinte, toda vez que nós conversamos sobre esse terreno lá, é falado ‘ah, foi feita uma negociação mal feita’. Então, eu acho que está na hora de a gente saber qual é a verdade. Está certo?”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “é discutível, não é? E o principal dali é que a prefeitura de Nova Lima tem a posse há mais de cinquenta anos. A posse é do município. O vereador sabe disso. Belo Horizonte nunca teve a posse dali, nunca pôs um caminhão de terra ou tirou ali. E isso é muito importante em uma discussão jurídica”. O Senhor Presidente: “em votação o requerimento dos vereadores Flávio e Fausto. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos”. O vereador Gilson Antônio Marques propôs: “Senhor Presidente, eu venho requerer a esta Mesa Diretora que envie moção de pesar à família do Senhor Luiz Carlos Borges



Júnior pelo falecimento de sua esposa, provocado por um acidente de trânsito na manhã de ontem. Aprovado, dez votos. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “Senhor Presidente, primeiramente deixa eu explicar aqui o porquê que eu disse: eu prefiro que me chamem de vereador André Vieira”. O Senhor Presidente indagou: “o senhor vai fazer um requerimento?”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “vou fazer um requerimento”. O Senhor Presidente: “perfeitamente”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “vou fazer um requerimento. Só que se faz necessário falar até por que, senão, fica mal interpretado aqui. Eu sei muito bem do respeito que o Senhor tem para comigo e a questão é que as decisões que a gente toma aqui, a gente toma como vereador. E é só por isso que eu, no primeiro dia de sessão plenária, quando o então Presidente Nélio Aurélio fez essa pergunta, eu disse que preferia ser chamado de vereador. Mas tenho o maior orgulho de ser Pastor da Igreja Universal do Reino de Deus, sou com muita honra. Mas aqui eu não estou como pastor, estou como vereador. E como vereador, eu vou estar sempre defendendo os direitos da sociedade de Nova Lima, independente de religião. É só por isso que a gente prefere não ser chamado pelo título, não é? Embora eu sei do respeito que o Senhor tem para com a minha pessoa. Mas o meu requerimento está relacionado às matérias que são vinculadas especialmente neste jornal, não sei se pode chamar de jornal, chamado Nova Lima Times, que na semana passada eu fiz uma denúncia aqui e eu disse que a prefeitura é que financia esse jornal. Este jornal é utilizado para bater, para fazer chacota com nome de vereador, inclusive, ele é mentiroso. E até por falar em pastor, na penúltima edição, ele veio falando aqui uma série de asneiras acerca do Ministro dos Esportes, citando a Igreja Universal do Reino



de Deus e eu sou a Universal do Reino de Deus. Então, ele inclusive aqui, só para mostrar que ele mente muito, esse jornal, ele colocou aqui que o Pastor Marcos Feliciano é da Igreja Universal do Reino de Deus, o que não é verdade. E também não estou aqui depreciando o nome do Pastor Marcos Feliciano, a quem eu tenho o maior respeito e admiração. Agora, ele não é da Universal. A intenção é só, realmente, fazer chacota, fazer burburinho com o nome da igreja. Todas as vezes que fizer, com certeza, vai haver uma manifestação da minha parte. Então, só para ficar provado que é... eu poderia mostrar folha por folha, são várias edições diferentes, mas a contracapa do Nova Lima Times, em toda semana, ela é financiada pela prefeitura. São edições, as capas são todas diferentes, mas toda contracapa do Nova Lima Times, isso aqui tem edições do ano passado, eu peguei algumas aqui, cerca de dez jornais, só para comprovar que ele é financiado pela prefeitura. Isso é só a contracapa, dentro tem no mínimo mais umas duas páginas fechadas de anúncio. E este jornal de matéria de conteúdo não tem nada; de propaganda colocada pelos comerciantes que não são bobos, também não tem quase nada aqui porque ninguém está a fim de associar a sua imagem, a sua marca a um semanário desse aqui. Quando a gente vai fazer as contas, só uma página dessa aqui, para um cidadão comum, se você for lá perguntar, eles vão te cobrar cerca de mil e trezentos reais. Quando se fala em prefeitura, esse número dobra. Aí você calcula isso a título de três páginas por média e por semana, sabe onde vai dar isso? Vai na casa de milhões no final do mandato, financiando esse semanário mentiroso aqui. Que não é a primeira vez que mente falando do meu nome, não é a primeira vez que tenta fazer chacota com o meu nome. Pode fazer porque eu não tenho medo de notícia,





não tenho medo de jornal, você pode estampar aqui como você estampou a minha cara várias vezes, pode colocar toda semana, que toda vez que você estiver fazendo isto, você vai estar fazendo propaganda para mim. Que minha mãe me ensinou que falem bem ou mal, mas falem sempre de mim e, hoje, embora ela tenha falecido, eu vejo que mamãe tinha razão. Pode continuar falando que você vai estar fazendo propaganda para mim fora de época. O meu requerimento é justamente que a prefeitura pare com esta pouca vergonha aqui, e diminua o número de anúncios, principalmente neste jornal. Eu sei e quero ressaltar aqui que tem jornais de qualidade na cidade e que vale a pena até ser colocada a propaganda nele porque a população vai ficar bem informada. Inclusive, a título de informação, tem até pesquisa falando acerca da credibilidade que cada jornal tem. Aí, eu não vou nem falar de porcentagem para não falar que eu estou fazendo propaganda para determinado jornal, mas a população sabe muito bem que esse tipo de jornal aqui não vale nada. Então, é só para diminuir isso. Este é o meu requerimento, Senhor Presidente”. Aprovado por dez votos. O vereador Silvânio Aguiar Silva propôs: “eu quero fazer um requerimento solicitando ao Executivo Municipal que seja encaminhada à esta Casa Legislativa uma relação detalhada dos bens móveis (veículos, móveis e utensílios) que servem ao Conselho Tutelar de Nova Lima, na Sede da Regional Noroeste. Nós estivemos na Sede deste Conselho Tutelar e percebemos que lá falta muita coisa, mas muita coisa mesmo, e é uma entidade que presta um serviço relevante para o município, portanto precisa, com toda certeza, que tenha lá uma atenção maior com relação a esses bens de uso deles lá. Meu requerimento é neste sentido”. Aprovado por dez votos. O vereador Nélio Aurélio de Souza propôs: “quero



fazer um requerimento para o senhor prefeito, que ele já consiga movimentar com o corpo jurídico da prefeitura para que interceda junto dessa atrocidade que a prefeitura de Belo Horizonte está fazendo, tomando um terreno que é da cidade de Nova Lima, patrimônio público do povo de Nova Lima. E que ele tem a posse, e já faça uma terraplanagem lá porque a posse é dele e já põe lá equipamento público, máquina, o que for para ocupar mais a área. E entre e já vai discutir na justiça e não dá moleza para eles porque o terreno não é deles. Que o Executivo já mexa judicialmente para resolver este problema. Este é o requerimento simples e objetivo”. Aprovado por dez votos. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio propôs: “eu queria que consultasse o prefeito o Secretário responsável da obra da Bela Fama, que eu fiquei sabendo que custou dezenove milhões. Que a Secretaria competente, que venha dar explicação ao Plenário, também pode ser na sala de café, qual é a extensão da obra, o que esses dezenove milhões, aonde vai, quais bairros vai atingir, se é Bela Fama, se é Fazenda do Benito, se é Nossa Senhora de Fátima, onde que vão ser esses dezenove milhões. Que a Secretaria competente venha dar explicações para nós, por favor”. Em votação, o vereador Gilson Antônio Marques informou: “eu vou me abster do voto porque eu recebi uma cópia deste projeto. Vou me abster deste voto”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu também vou me abster da votação e quero explicar porque vou me abster, é porque conheço este projeto a fundo, sei exatamente quais são os três bairros em que ele vai estar atingindo e exatamente quais são as ruas porque participei na reunião para a apresentação pública do projeto. As obras até para fazer, Alessandro, e aí nada... Eu acho que o senhor está no direito do senhor, é mais que justo fazer esta solicitação, mas



as obras lá estão acontecendo, não estão acontecendo no ritmo esperado, mas elas estão acontecendo. E quando fala em dezenove milhões, é lógico e evidente que é para a obra toda e não para aquele pedaço de obra que está sendo feito lá. Então, tem um cronograma de execução das obras que está sendo feito e a gente tem, eu, pelo menos enquanto vereador, tenho acompanhado de perto aquela obra lá. Por isso, só por isso, nada contra a sua solicitação que eu acho justa, já que o senhor tem dúvidas com relação à obra, mas só por isso, eu vou me abster de votar junto com o senhor”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “eu só estou pedindo porque no dia que teve a apresentação da obra, eu estava aqui no Título de Cidadão Honorário que o nosso vereador deu para o Dr. Leo, então eu não pude ir na apresentação. E agora, só para eu ter mais informação, nada contra. Está ok, vereador Silvânio?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva sugeriu: “será que não seria mais interessante, vereador, a Secretária de Obras e Planejamento ela é tão aberta para esta Casa. Eu penso que seria interessante que o senhor fosse lá e acompanhasse. É só uma sugestão. Mas não vejo assim, especificamente, a necessidade de trazer a Secretária aqui na Casa para explicar, uma vez que o senhor mesmo está ciente de que teve a apresentação pública lá, esses projetos estão disponíveis, foi feita uma licitação e está tudo certinho. Eu acredito e aqui fica como sugestão seria interessante que o senhor fosse à Secretaria. A gente tem liberdade de caminhar nessas Secretarias todas, fosse lá e com certeza eles vão apresentar este projeto para o senhor. Mas não estou dizendo aqui que o que o senhor está falando está errado, isso é um direito do senhor”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu também quero ratificar aqui, vereador, que a minha abstenção é exatamente por conhecer o projeto, nada contra



o seu requerimento”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, eu até entendo o vereador. Quando existe uma denúncia da obra ou alguma irregularidade, aí justifica chamar a Secretária aqui, mas como não existe uma denúncia, não existe nada que envolva a pessoa, é até para o próprio Secretário um desgaste desnecessário passar por uma... porque é uma sabatina, não é? Quando você chama porque existe uma denúncia ou alguma irregularidade, aí justifica, mas quando... Por exemplo, eu estava entendendo o senhor, mas quando o senhor falou que o motivo foi por causa de uma entrega de um Título de Cidadão Honorário, não é? A gente começa a não entender”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “denúncia tem porque senão eu não ia pedir o requerimento. O senhor me desculpe por que eu não quis falar a denúncia...”. O vereador Flávio de Almeida: “na fala do senhor o senhor falou que foi o Título”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “não, mas tem sim denúncia de uns moradores. Eu queria saber rua por rua da Fazenda do Benito, Nossa Senhora de Fátima e, talvez, uma rua aconteceu isso no recapeamento, talvez uma rua está do lado, não recapeia esta rua e recapeia a outra que, talvez, nem precisa. Então, eu queria saber dela a fundo mesmo. Tem denúncia sim, que tem lugar lá no Nossa Senhora de Fátima que tem esgoto a céu aberto, Fazenda do Benito tem esgoto a céu aberto. Então, para eu saber dos detalhes certinho. Eu quero que ela venha aqui dar explicação, tirar as dúvidas, até porque eu sou presidente da Comissão de Serviços Públicos, então, já veio sim denúncia sim e é o meu papel, como presidente, de fazer isso aí. Nada contra, mas eu tenho que fazer o meu papel”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “só para explicar o vereador Alessandro Luiz Bonifácio que eu vejo realmente que ele não conhece o projeto. O projeto não trata a



questão de esgotamento sanitário no bairro e sim captação de rede de água pluvial. Então, quer dizer, se o senhor for discutir esgotamento sanitário lá... Eu percebo agora, claramente, que o senhor quer realmente é conhecer o projeto”. O vereador Flávio de Almeida: “eu vou me abster porque eu vou ficar mais com a primeira fala do vereador sobre a entrega do Título de Cidadão Honorário e ele não poder ir lá. Aí, eu vou me abster só por isso, viu vereador?”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “votar a favor ou contra, eu conheço a Secretária. Se a Sua Excelência chamar ela ali na sala, eu vou votar a favor do requerimento, se for aqui eu vou votar contra”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “na sala de café”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “então, eu votar a favor do requerimento porque isso... eu vou desde o final do meu mandato, qualquer Secretário que for chamado aqui se for na sala, eu vou votar. Então, se for no lá, eu vou votar, conte com o meu voto. Se for aqui não”. Em votação, o requerimento foi aprovado por seis votos favoráveis e três abstenções dos vereadores Flávio de Almeida, Gilson Antônio Marques e Silvânio Aguiar Silva. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira propôs: “eu gostaria, Senhor Presidente, que esta Casa Legislativa enviasse um ofício ao DER solicitando informação a respeito do desligamento de redutores de velocidade durante toda a MG 030, o que tem causado transtornos para quem trafega, quem passa todos os dias na MG 030”. Em discussão, o vereador Fausto Niquini Ferreira: “vereadora Ângela Lima, eu gostaria de assinar com a senhora este requerimento porque eu acho que, realmente, ali é no mínimo cento e dez, cento e vinte quilômetros que o pessoal está andando ali e já vai para mais de dois ou três meses, não é isso?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “mais de três meses já”. O



vereador Fausto Niquini Ferreira: “a informação que eu tive é porque como haveria a mudança de governo estadual, então esta fase de transição... mas noventa dias? Que transição demorada, não é?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “não justifica, não é?”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “eu gostaria de assinar com a senhora”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “vai ser um prazer, vereador”. O vereador Flávio de Almeida: “é só fazer uma explicação que o motivo não é a transição do governo PT, não é isso não. É um processo licitatório, nada a ver com a transição de governo. Uma licitação, em qualquer lugar, ela tem um tempo mesmo. Porque senão fica o governo petista, não é isso não”. O vereador Flávio de Almeida: “não, não. Me desculpa, vereador Soldado Flávio. A licitação devido à mudança de governo, certo?”. Aprovado por nove votos. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, é só para registrar em Ata meus cumprimentos a nossa cidade, dia cinco de fevereiro trezentos e quatorze anos”. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião.

---